

➤ **FREGUESIAS**

13. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIAS:

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas da alínea k) do nº 1 do art.º 25º, e da alínea m) do nº 1 do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias:

- a) **União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra**, com vista à execução do projeto para a obra denominada “Honorários/Projeto – Requalificação da Rua do Poço – Navarra”, no valor de **6.700,00 €**;
- b) **Freguesia de Ruílhe**, para execução da obra denominada “Construção do Piso do Polidesportivo de Talegre”, no **valor de 38.016,90€**
- c) **Freguesia de Figueiredo**, para execução da obra de “Reparação do Pavimento da Rua do Bairro - Figueiredo”, no **valor de 4.305,00€** (outorgado em 11 de junho de 2021);
- d) **União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**, para execução da obra de “Requalificação da Rua de Vilar - Ferreiros”, no **valor de 5.724,43€** (outorgado em 16 de janeiro de 2018);
- e) **União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panóias e Parada de Tibães**, para contratação, fiscalização e execução da obra de “Pavimentação em Betuminoso de várias ruas”, no **valor de 23.344,08€** (outorgado em 3 de maio de 2022).

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º, da Lei nº

50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5. Que, por força do disposto na alínea I), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a União das Freguesias de **Stª LUCRECIA DE ALGERIZ E NAVARRA** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução do projeto para a obra denominada: «**Honorários/Projeto- Requalificação da Rua do Poço- Navarra**»

6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução do Projeto, no valor de **6 700,00€**, incluído IVA que foi validado pela Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o **Município** delega na União Freguesia de **Stª LUCRECIA DE ALGERIZ E NAVARRA** a competência e a responsabilidade pela execução do mencionado projeto, transferindo, para o efeito, uma verba de **6 700,00€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a

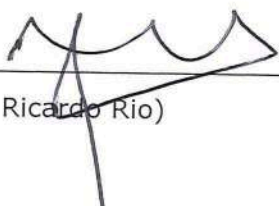
celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na Freguesia de **Stª LUCRECIA DE ALGERIZ E NAVARRA** para a realização do projeto acima referido, transferindo uma verba de **6 700,00€** (seis mil e setecentos euros) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 23 de junho de 2022

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



(Dr. Ricardo Rio)

R.C. – Reunião de ----/-----/2022

A.M. – Sessão de ----/-----/2022

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DAS Stª LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA

Entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

E

SEGUNDO OUTORGANTE: intervindo em representação da **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE Stª LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA**, pessoa coletiva de direito público nº 510 839 541 com sede na Avª S. Tiago nº 2, 4710-741 Stª Lucrécia de Algeriz adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerado que:

- 1- Entre o Município de Braga e a freguesia representada pela 2.ª outorgante, será celebrado o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, que delega na União das Freguesias de Stª Lucrécia de Algeriz e Navarra a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da obra denominada «Requalificação da Rua da Poça - Navarra»
- 2- Foi reportado pela FREGUESIA ao MUNICÍPIO, a necessidade de ser delegado o valor para os Honorários/Projeto - Requalificação da Rua da Poça – Navarra, uma vez que o Contrato

Interadministrativo que virá a ser delegado na Freguesia não inclui os encargos com a elaboração dos respetivos projetos.

3- As alterações evidenciadas e essenciais à concretização do projeto, implicam, necessariamente, o ajustamento da verba concedida pelo MUNICÍPIO, por conta da delegação efetuada, de acordo com o previsto no contrato.

4- Por último, é estabelecido no número 1 da cláusula 14ª do contrato que, o “contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas”.

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrada a adenda de modificação ao contrato interadministrativo de delegação de competências acima identificado, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ____ de _____ de 2022 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ____ de _____ de 2022 e pela Assembleia da União das Freguesias de Stª Lucrécia de Algeriz e Navarra em sessão de ____ de _____ de 2022 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de _____ de _____ de 2022.

Cláusula 1ª

(Recursos financeiros)

1 - Para os Honorários /projeto apresentado, é concedido, pelo MUNICÍPIO à FREGUESIA, uma verba de 6 700.00€ (seis mil e setecentos euros) (IVA incluído).

Cláusula 2ª

(Cabimento e compromisso)

A despesa relativa a esta adenda de modificação do contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº _____, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº _____.

Arquiva-se no processo documental:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a FREGUESIA;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----- de ----- de 2022 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de ----- de 2022.

Para constar se lavrou o presente contrato interadministrativo em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 24 de junho de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O(A) Presidente da União das Freguesias de Stª Lucrecia de Algeriz e Navarra

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º, da Lei nº

50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5. Que, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia de Ruílhe o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Construção do Piso do Polidesportivo de Talegre**»

6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **38 016,90€** incluído IVA que foi validado pela Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o Município delega na Freguesia de Ruilhe a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **38 016,90€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a


prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na Freguesia de **Ruilhe** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **38 016,90€** (trinta e oito mil e dezasseis euros e noventa centimos) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 18 de julho de 2022

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



(Dr. Ricardo Rio)

R.C. – Reunião -----/-----/2022

A.M. – Sessão de -----/-----/2022

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE RUÍLHE

Entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: _____ intervindo em representação da **FREGUESIA DE RUÍLHE**, pessoa coletiva de direito público nº 507 021 789 com sede No Largo 25 de Abril-4705-712 Ruílhe, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

1.- A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal;

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das

suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com a experiência que tem adquirida esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Freguesia Ruílhe o presente contrato interadministrativo de delegação de competências.

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ____ de _____ de 2022 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ____ de _____ de 2022 e pela Assembleia da Freguesia de Ruílhe em sessão de ____ de _____ de 2022 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ____ de _____ de 2022.

Cláusula 1ª

(Objeto)

1.- Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO delega na FREGUESIA DE RUÍLHE a competência e a responsabilidade pela contratação, do projeto de arquitetura e especialidades da obra denominada «Construção do Piso de Polidesportivo de Talegre», prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

2.- A intervenção delegada respeita a património e infraestruturas que integram o domínio municipal, passando as obras ali executadas, automaticamente e sem necessidade de qualquer outra formalidade, para a gestão municipal logo que integralmente recebidas a título provisório.

3.- A FREGUESIA procederá à gestão do contrato de aquisição em fase de garantia, interpelando e agindo sobre os cocontratantes sempre que se verifique a existência de vícios e patologias cobertos pela dita garantia.

Cláusula 2ª

(Representação)

A FREGUESIA atuará em nome próprio, tanto na fase de formação dos contratos que vier a celebrar em concretização da delegação prevista na cláusula 1.ª, como em fase de execução dos mesmos, projetando-se na sua esfera jurídica, direta e imediatamente, todos os efeitos resultantes de tais contratações, assumindo a condição de entidade adjudicante e contraente público, sem prejuízo das autorizações que deva previamente obter nos termos previstos nas cláusulas seguintes.

Cláusula 3ª

(Âmbito)

A delegação da intervenção identificada na cláusula anterior constitui autorização bastante para a FREGUESIA praticar todos os atos técnicos, jurídicos e financeiros necessários à sua perfeita e pontual concretização, ficando em tal autorização compreendidos, designadamente, os poderes seguintes:

- a) Revisão do projeto de execução;
- b) Gestão das relações com entidades terceiras;
- c) Produção de relatórios técnicos de acompanhamento;

Cláusula 4ª

(Gestores de contratos)

1.- A FREGUESIA designará, para cada contrato que vier a celebrar no âmbito da delegação inscrita no presente contrato interadministrativo, um gestor de contrato, a quem cumprirá acompanhar permanentemente a sua execução, detetando desvios e reportando-os, identificando em relatório autónomo as medidas corretivas que se revelem adequadas.

2.- A FREGUESIA encaminhará para o MUNICÍPIO os relatórios que proponham medidas modificativas do contrato e que estejam, nos termos previstos neste contrato interadministrativo, sujeitos à prévia aprovação deste.

3.- Com a celebração de qualquer contrato para concretização da delegação prevista no presente contrato interadministrativo, a FREGUESIA remeterá ao MUNICÍPIO:

- a) O contrato devidamente celebrado, com a identificação e os contactos do seu gestor;
- b) O plano de trabalhos, plano de pagamentos e cronograma financeiro;
- c) A data estimada para o início da prestação contratual.

4.- A FREGUESIA está dispensada de dar cumprimento ao prescrito no número anterior sempre que as intervenções sejam simplificadas, com preço contratual inferior a €10.000, 00 (dez mil euros).

Cláusula 5ª

(Projeto)

1.-Após conclusão da execução da contratação a freguesia submeterá ao Município processo de arquitetura e especialidades para aprovação.

Cláusula 6ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo MUNICÍPIO à FREGUESIA, uma verba de 38 016,90€ (trinta e oito mil dezasseis euros e noventa centimos) (IVA incluído à Taxa de 6%), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada, em conformidade com o valor dos serviços executados nesse período e documentada em faturas, tendo em vista a sua transferência para a FREGUESIA.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 7ª

(Recursos humanos e materiais)00

O MUNICÍPIO não afetará, à execução do presente contrato administrativo, qualquer recurso humano ou material, dado que a FREGUESIA dispõe de meios adequados a assegurar o cumprimento das obrigações aqui consignadas.

Cláusula 8ª

(Prazo)

1 - O prazo de execução é de 60 dias de calendário, contados a partir da data da adjudicação.

2 - A FREGUESIA deverá comunicar ao MUNICÍPIO, a data da adjudicação, bem como da sua conclusão, em ambos os casos remetendo o contrato concluído.

Cláusula 9.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO)

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à FREGUESIA, sempre que esta o solicitar;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;

Cláusula 10.ª

(Obrigações da FREGUESIA)

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a FREGUESIA fica obrigada a:

- a) Cumprir os formalismos relacionados com a realização da proposta pública e serviço da contratação pública

Cláusula 11.ª

(Obrigações adicionais)

Para uma articulação permanente entre o MUNICIPIO e a FREGUESIA, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 12.ª

(Informação a disponibilizar pela FREGUESIA)

1 - Serão elaborados pela FREGUESIA os seguintes relatórios:

- a) Relatório de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo MUNICIPIO;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra, incluindo telas finais, fotografias da execução e da obra concluída e conta final da empreitada.
- c) Processo de Arquitetura, com parecer favorável dos serviços técnicos do MUNICÍPIO.

2 - O MUNICÍPIO pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 13.ª

(Ocorrências e emergências)

A FREGUESIA deve comunicar ao MUNICÍPIO, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 14.ª

(Verificação do cumprimento do objeto do contrato)

1 - O MUNICÍPIO pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela FREGUESIA, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do MUNICIPIO emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a FREGUESIA, devendo este proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 15.ª

(Modificação do contrato)

- 1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
- 2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 16.ª

(Suspensão do contrato)

- 1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
- 2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 17.ª

(Resolução pelos Outorgantes)

- 1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
- 2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 18.ª

(Revogação)

- 1 - Os Outorgantes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato interadministrativo de delegação de competências.
- 2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 19.ª

(Comunicações e notificações)

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada ao outro Outorgante.

Cláusula 20.ª

(Entrada em vigor)

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 21.ª

(Publicidade)

Este contrato é publicitado no sítio da internet do Município de Braga.

Cláusula 22.ª

(Cabimento e compromisso)

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº -----

Cláusula 23.ª

(Disposições legais aplicáveis)

- 1 - Na execução do presente contrato interadministrativo de delegação de competências, observar-se-ão:
 - a) o respetivo clausulado
 - b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro
 - c) a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto;
- 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:
 - a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, com as devidas adaptações, em especial a sua Parte III;
 - b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no processo documental:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a FREGUESIA;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----de ----- de 2022 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de --
----- de 2022.

Para constar se lavrou o presente contrato interadministrativo em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, ----- de ----- de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Freguesia de Ruílhe

PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO EM
11/06/2021

Considerando que:

1. Em 11 de junho de 2021 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Freguesia de **Figueiredo**, para contratação, fiscalização e execução da obra de «**Reparação do Pavimento da Rua do Bairro - Figueiredo**»;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba de 61 176,97€ (sessenta e um mil cento e setenta e seis euros e noventa e sete centimos - IVA incluído);
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 5ª do contrato, estabelece que o “montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentada e justificada, objeto de acertos financeiros”;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado;
5. A Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias e a DMOSM confirmaram a validaram a presente informação, conforme documentos anexos;
6. Validando ainda a verba de **4 305,00€** (quatro mil trezentos e cinco euros - IVA incluído), a atribuir;

Assim sendo,

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao Contrato Interadministrativo referido, que se anexa.

Braga, 28 de junho de 2022

O Presidente da Câmara,



(Dr. Ricardo Rio)

R.C. – Reunião de ----/-----/2022

A.M. – Sessão de ----/-----/2022

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE FIGUEIREDO

ADITAMENTO – Projeto/Fiscalização

Entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

E

SEGUNDO OUTORGANTE: _____ intervindo em representação da **FREGUESIA DE FIGUEIREDO**, pessoa coletiva de direito público nº 507 092 503 com sede na Rua Pinheiro do Bicho nº 60, 4705 - 719 Figueiredo adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerado que:

- 1- Em 11 de junho de 2021, entre o Município de Braga e a freguesia representada pela 2.ª outorgante, foi celebrado o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, que delega na Freguesia de Figueiredo a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da obra denominada «Reparação e Pavimentação da Rua do Bairro - Figueiredo».
- 2- Para a prossecução do objeto definido no considerando anterior, foi concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 61 176,97€ (sessenta e um mil cento e setenta e um a euros e noventa e sete centimos) (IVA incluído à Taxa de 6%), por conta da delegação efetuada.

3- Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 5ª do contrato, estabelece que o “montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros”.

4- De acordo com a cláusula 4ª do contrato celebrado, é competência reservada ao MUNICÍPIO, sob proposta da FREGUESIA:

- a) Aprovar quaisquer modificações ao projeto de execução;
- b) Aprovar quaisquer modificações ao faseamento ou modo de execução do contrato que tenha sido formalmente determinado pelo Município de Braga no ato de delegação previsto na cláusula 1.ª do presente contrato;
- c) Adjudicar serviços complementares ou quaisquer outras modificações objetivas aos contratos.

5- O número 3 da cláusula identificada no considerando anterior, impõe que na fase de execução de obra, a FREGUESIA só poderá promover à alteração dos projetos com fundamento na verificação de circunstância relevante, superveniente, imprevista e não suscetível de ter sido prevista aquando da aprovação do projeto.

6- Foi detetado e reportado pela FREGUESIA ao MUNICÍPIO, na fase de contratação de obra, houve a necessidade de um reforço de verba em virtude de o orçamento inicialmente apresentado não contemplar o valor do projeto e a Fiscalização, poderá assim ser verificado através do Documento E/33253/2022 que se anexa.

7- Por último, é estabelecido no número 1 da cláusula 14ª do contrato que, o “contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas”.

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrada a adenda de modificação ao contrato interadministrativo de delegação de competências acima identificado, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ----- de ----- de 2022 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----- de ----- de 2022 e pela Assembleia da Freguesia de Figueiredo em sessão de ----- de ----- de 2022 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2022

Cláusula 1ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução das alterações preconizadas ao projeto, é concedido, pelo MUNICÍPIO à FREGUESIA, uma verba de 4 305,00€ (quatro mil trezentos e cinco euros) (IVA incluído à Taxa em vigor)

2- Atendendo ao valor mencionado no número anterior, para a prossecução da execução da obra denominada «Reparação de Pavimento da Rua do Bairro – Figueiredo – (Projeto e Fiscalização)», é concedida, pelo MUNICÍPIO à FREGUESIA, uma verba total atualizada de 65 481,97€ (sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e um euros e noventa e sete cêntimos) (IVA incluído à Taxa legal em vigor), por conta da delegação efetuada.

Cláusula 2.ª

(Entrada em vigor)

A presente adenda de modificação do contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 3.ª

(Publicidade)

A presente adenda de modificação ao contrato é publicitada no sítio da internet do Município de Braga.

Cláusula 4ª

(Cabimento e compromisso)

A despesa relativa a esta adenda de modificação do contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº -----

Arquiva-se no processo documental:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a FREGUESIA;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----- de ----- de 2022 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de - ----- de 2022.

Para constar se lavrou o presente contrato interadministrativo em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, ----- de ----- de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O(A) Presidente da Freguesia de Figueiredo

PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO EM

16/01/2018

Considerando que:

1. Em 16 de janeiro de 2018 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, para contratação, fiscalização e execução da obra de «**Requalificação da Rua de Vilar - Ferreiros**»;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba de 115 827,71€ (cento e quinze mil oitocentos e vinte e sete euros e setenta e um centimos - IVA incluído);
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 5ª do contrato, estabelece que o “montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentada e justificada, objeto de acertos financeiros”;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado;
5. A Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias e a DMOSM confirmaram a validaram a presente informação, conforme documentos anexos;
6. Validando ainda a verba de **5 724,43€** (cinco mil setecentos e vinte e quatro euros e quarenta centimos - IVA incluído), a atribuir;

Assim sendo,

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao Contrato Interadministrativo referido, que se anexa.

Braga, 21 de junho de 2022

O Presidente da Câmara,



(Dr. Ricardo Rio)

R.C. – Reunião de ----/-----/2022

A.M. – Sessão de ----/-----/2022

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE FERREIROS E GONDIZALVES

ADITAMENTO

Entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

E

SEGUNDO OUTORGANTE: _____ intervindo em representação da **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FERREIROS E GONDIZALVES** pessoa coletiva de direito público nº 510 836 780 com sede na Rua Maria Amélia Bastos Leite nº 182, 4700 - 120 Ferreiros adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerado que:

1- Em 16 de janeiro de 2018, entre o Município de Braga e a freguesia representada pela 2.ª outorgante, foi celebrado o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, que delega na Freguesia de **FERREIROS E GONDIZALVES**, a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da obra denominada «**Requalificação da Rua de Vilar - Ferreiros**».

2- Para a prossecução do objeto definido no considerando anterior, foi concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **115 827,71€** (cento e quinze mil oitocentos e vinte e sete euros e sessenta e um cêntimos) (IVA incluído à Taxa de 6%), por conta da delegação efetuada.

3- Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 5ª do contrato, estabelece que o “montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros”.

4- Foi detetado e reportado pela FREGUESIA ao MUNICÍPIO, na fase de execução de obra, foi necessário fazer alguns ajustamentos e melhorias na obra, tendo sido autorizadas pelo dono da obra e confirmadas pelos serviços técnicos responsáveis da C.M.B., que se pode constatar no Doc. E/21155/2022.

5- As alterações evidenciadas e essenciais à concretização do projeto, implicam, necessariamente, o ajustamento da verba concedida pelo MUNICÍPIO, por conta da delegação efetuada, de acordo com o previsto no contrato.

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrada a adenda de modificação ao contrato interadministrativo de delegação de competências acima identificado, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ____ de ____ de 2022 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ____ de ____ de 2022 e pela Assembleia da Freguesias de Ferreiros e Gondizalves em sessão de ____ de ____ de 2022 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ____ de ____ de 2022.

Cláusula 1ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução das alterações preconizadas ao projeto, é concedido, pelo MUNICÍPIO à FREGUESIA, o reforço da verba inicial em 5 724,43€ (cinco mil setecentos e vinte e quatro euros e quarenta e três cêntimos) (IVA incluído).

2- Atendendo ao valor mencionado no número anterior, para a prossecução da execução da obra denominada «Reforço de Verba – Requalificação da Rua de Vilar - Ferreiros».”, é concedida, pelo MUNICÍPIO à FREGUESIA, uma verba total atualizada de 121 552,14€ (cento e vinte e um mil quinhentos e cinquenta e dois euros e catorze cêntimos) (IVA incluído à Taxa de 6%), por conta da delegação efetuada.

Cláusula 2.ª

(Entrada em vigor)

A presente adenda de modificação do contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 3.ª

(Publicidade)

A presente adenda de modificação ao contrato é publicitada no sítio da internet do Município de Braga.

Cláusula 4ª

(Cabimento e compromisso)

A despesa relativa a esta adenda de modificação do contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº -----.

Arquiva-se no processo documental:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a FREGUESIA;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----- de ----- de 2022 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de ----- de 2022.

Para constar se lavrou o presente contrato interadministrativo em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, ----- de ----- de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O(A) Presidente da União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves

PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO EM

03/ 05/2022

Considerando que:

1. Em 03 de maio de 2022 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães, para contratação, fiscalização e execução da obra de «Pavimentação em Betuminoso de Várias Ruas»;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba de 130 926,59€ (cento e trinta mil novecentos e vinte e seis euros e cinquenta e nove centimos - IVA incluído);
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 5ª do contrato, estabelece que o “montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentada e justificada, objeto de acertos financeiros”;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado;
5. A Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias e a DMOSM confirmaram a validaram a presente informação, conforme documentos anexos;
6. Validando ainda a verba de **23 344,08€** (vinte e três mil trezentos e quarenta e quatro euros e oito centimos - IVA incluído), a atribuir;


Assim sendo,

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao Contrato Interadministrativo referido, que se anexa.

Braga, 04 de julho de 2022

O Presidente da Câmara,



(Dr. Ricardo Rio)

R.C. – Reunião de ----/-----/2022

A.M. – Sessão de ----/-----/2022

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM S. PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES

ADITAMENTO

Entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

E

SEGUNDO OUTORGANTE: intervindo em representação da **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM S. PAIO, PANOIAS e PARADA DE TIBÃES**, pessoa coletiva de direito público nº 510 837 905 com sede na Rua Padre Domingos Duarte, nº 2 - 4700-845, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerado que:

- 1- Em 03 de maio de 2022, entre o Município de Braga e a freguesia representada pela 2.ª outorgante, foi celebrado o CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, que delega na Freguesia de *Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães*, a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da obra denominada «Pavimentação em Betuminoso de várias Ruas».
- 2- Para a prossecução do objeto definido no considerando anterior, foi concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de 130 926,59€ (cento e trinta mil novecentos e vinte e seis euros e cinquenta e nove cêntimos) (IVA incluído à Taxa de 6%), por conta da delegação efetuada.

3- Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 5ª do contrato, estabelece que o "montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros".

4- Foi detetado e reportado pela FREGUESIA ao MUNICÍPIO, na fase de execução de obra, foi necessário fazer reforço de verba, em virtude de o material ter levado um aumento de custos, foi autorizado pelo dono da obra e confirmado pelos serviços técnicos responsáveis da C.M.B., que se pode constatar no Doc. E/34030/2022.

5- As alterações evidenciadas e essenciais à concretização do projeto, implicam, necessariamente, o ajustamento da verba concedida pelo MUNICÍPIO, por conta da delegação efetuada, de acordo com o previsto no contrato.

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrada a adenda de modificação ao contrato interadministrativo de delegação de competências acima identificado, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de ----- de ----- de 2022 sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de ----- de ----- de 2022 e pela Assembleia da Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães em sessão de ----- de ----- de 2022 sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2022.

Cláusula 1ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução das alterações preconizadas ao projeto, é concedido, pelo MUNICÍPIO à FREGUESIA, o reforço da verba inicial em 23 344,08€ (vinte e três mil trezentos e quarenta e quatro euros e oito cêntimos) (IVA incluído à Taxa de 6%).

2- Atendendo ao valor mencionado no número anterior, para a prossecução da execução da obra denominada «Pavimentação em Betuminoso de várias ruas - Reforço de verba» é concedida, pelo MUNICÍPIO à FREGUESIA, uma verba total atualizada de 154 270,67€ (cento e cinquenta e quatro mil duzentos e setenta euros e sessenta e sete cêntimos) (IVA incluído à Taxa de 6%), por conta da delegação efetuada.

Cláusula 2ª

(Entrada em vigor)

A presente adenda de modificação do contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 3ª

(Publicidade)

A presente adenda de modificação ao contrato é publicitada no sítio da internet do Município de Braga.

Cláusula 4ª

(Cabimento e compromisso)

A despesa relativa a esta adenda de modificação do contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº -----

Arquiva-se no processo documental:

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a FREGUESIA;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----- de ----- de 2022 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de - ----- de 2022.

Para constar se lavrou o presente contrato interadministrativo em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, ----- de ----- de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O(A) Presidente da União das Freguesias de Merelim S. Paio , Panoias e Parada de Tibães